

MÃES SOLTEIRAS - UMA ABORDAGEM GERAL

Helena Cristina Ferreira Machado

Resumo

Este artigo aborda alguns aspectos do fenómeno social das mães solteiras com filhos dependentes, no contexto europeu actual (1960-1990), nomeadamente os significados políticos da situação de mãe solteira num contexto de crise do Estado Providência, salientando-se ainda alguns dos mecanismos que as sociedades accionam para a avaliação moral do comportamento das mulheres que procriam fora do casamento.

Partindo de dados demográficos relativos aos nascimentos fora do casamento nos países originais da «Europa dos Doze», são interpretadas algumas tendências gerais da recente evolução da situação das famílias «monoparentais» chefiadas pela mãe. Tentou-se também distinguir alguns traços específicos da evolução deste fenómeno em Portugal ao longo do século XX.

A nossa tese parte do pressuposto de que a condição social de mãe solteira é fortemente condicionada por noções estereotipadas de «género», pois existe evidentemente uma grande diversidade de situações, as quais estão ainda por determinar de um modo exaustivo no que respeita ao caso português.

Abstracts

This article focus on some features concerning the social phenomenon of single mothers within the present european context (1960-1990), manely on the political significance of single mothers within the context of a failing Welfare State. We also point out some of the mechanisms triggered by societies to morally evaluate the behaviour of women begetting off-marriage.

This study relies on demographical data concerning off-marriage birth in the former EC member nations, thus providing the basis for an analysis of some general tendencies regarding the recent evolution of mother-centered «monoparental» families. We have attempted to describe as well some specific features in what regards the evolution of this problem in Portugal throughout the 20th century.

Our basic theory emerges from the fact that single mothers' social status is strongly conditioned by stereotyped «gender» notions, namely because the situations are highly distinct, and which are still not thoroughly determined in what concerns the Portuguese case.

Résumé

Cet article entreprend l'étude de quelques aspects du phénomène social des mères célibataires avec des enfants, dans le contexte européen actuel (1960-1990). On fait ressortir notamment les implications politiques concernant la situation des mères célibataires dans le contexte de crise de l'État Providence, et on met aussi en évidence quelques mécanismes actionnés par les sociétés pour l'évaluation morale de la conduite des femmes qui procréent hors mariage. Cet étude repose sur des données démographiques concernant les accouchements hors mariage dans les pays qui ont formé l'«Europe des Douze», permettant ainsi l'interprétation de quelques tendances générales de la récente évolution de la situation des familles «monoparentales» centrées sur la mère. On a aussi essayé de distinguer quelques traits spécifiques de l'évolution de ce phénomène au Portugal tout le long du XX^{ème} siècle.

Nos arguments présupposent que la condition sociale de mère célibataire se trouve fort conditionnée par des notions stéréotypées de «genre», puisque il y en a une grande diversité de situations, lesquelles ne sont pas encore déterminées d'une façon exhaustive en ce que concerne le cas portugais.

1. A «mãe solteira» no contexto europeu actual

As mães solteiras com filhos dependentes constituem uma importante e crescente proporção da população nos países industrializados.

É indubitável que a situação de mãe solteira tem um apreciável significado político no contexto da crise do Estado Providência, que tem vindo a marcar fortemente a actualidade da maioria dos países europeus. Cada vez mais, se desenha a tendência para os estados

considerarem demasiado pesado o encargo financeiro das mães solteiras sem recursos. O caso inglês é particularmente exemplificativo deste processo: em 1989, no Reino Unido, foi introduzida uma lei conhecida por *Child Support Act*, que veio reforçar as responsabilidades do pai para com a criança, com o objectivo não declarado de transferir para este o fardo financeiro das crianças fora do casamento, anteriormente a cargo do Estado. Este facto alimentou debates e controvérsias em torno de estratégias para combater uma excessiva dependência das mães solteiras de subsídios do Estado e, por outro lado, sobre medidas a adoptar para proteger mães e crianças em situação economicamente precária (Duncan, 1997).

Estreitamente ligado ao carácter político da noção de «mãe solteira» está um determinado padrão de avaliação moral. Em Portugal, o quadro cultural dominante vincula a maternidade ao casamento e define como atributos «desejáveis» a fidelidade da mulher a um parceiro sexual, preferencialmente o marido. A nível institucional, seja em tribunais ou em serviços de providência estatal, a «mãe solteira» é frequentemente encarada como um «problema social» que urge solucionar (Eaton, 1986; Machado, 1996; Mulroy, 1988).

João de Pina-Cabral, no estudo de campo que realizou em duas freguesias do Alto Minho, na década de oitenta, constatou que a nível informal, embora a mãe solteira não seja marginalizada, o seu comportamento é fortemente criticado e considerado anti-social. Este autor comprovou que a condição de mãe solteira surge quase sempre associada a uma situação de pobreza, o que vem reforçar a desvalorização social deste grupo de mulheres. Enquanto que as raparigas solteiras ricas se engravidam têm fortes probabilidades de virem a contrair matrimónio com o pai da criança, as raparigas solteiras pobres que engravidam vêem diminuída a sua cotação no mercado matrimonial.

«As mães solteiras, cuja sexualidade não foi redimida pelo casamento, não são receadas ou ostracizadas por causa da sua «maternidade ilegítima»; são, no entanto, desprezadas e consideradas algo impuras (...) são censuradas aparentemente pelo que é considerado como um comportamento sexual dissoluto. Esta atitude é encorajada pelo facto de serem quase sempre mulheres sem terra e de haver um sentimento generalizado de quem não tem terra, não tem mérito» (Pina-Cabral, 1989: 84-85).

Autores que estudaram a situação social da mãe solteira em Portugal, em períodos históricos anteriores, apresentam indícios de que no passado seria semelhante o fenómeno de reprovação social da maternidade de mulheres solteiras. Norberta Amorim (1987), nomeadamente, num estudo demográfico sobre Guimarães no período de 1580 a 1819, encontrou testemunhos que relatavam a «vergonha social» e a pobreza em que se encontravam muitas mães solteiras:

«Se para muitas mulheres o maior problema que se poria ao assumir a maternidade era a «difamação» e a vergonha que se abateria sobre elas próprias e sobre os seus familiares, para muitas era o grande drama seria sustentar os seus filhos em condições de extrema carência, como parece ter sido o caso (1763) de Joana Maria, solteira, de S. Cosme do Vale, que tivera uma filha em Santa Maria de Atães e depois, vindo para S. Sebastião, certificou ao pároco que a filha vinha por baptizar por razão de ser tão pobre que não tivera para a «oferta» nem para a cera que em Atães lhe pediram.» (Amorim, 1987:256).

O crescimento do número de mães solteiras, pelos profundos efeitos sociais, económicos e políticos que produz em diferentes níveis da sociedade, impõe um estudo detalhado deste fenómeno. Está por fazer uma investigação de síntese sobre o tema da maternidade fora do casamento em Portugal, apesar deste fenómeno social ser desde há séculos, uma constante demográfica e social neste país, embora apresentando uma grande diversidade regional. O quadro 1 apresenta a permilagem de nascimentos fora do casamento em Portugal de 1990 a 1994, podendo-se constatar que até à década de cinquenta os valores eram elevados, seguindo-se uma diminuição importante até meados da década de oitenta, o que poderá coincidir com uma divulgação efectiva de métodos de contracepção em Portugal. Na década actual, a tendência parece ser a de aumentar rapidamente o número de nascimentos fora do matrimónio, o que provavelmente será um indício da crescente diminuição da importância do vínculo formal do casamento para enquadrar os nascimentos.

Em Portugal, há estudos recentes sobre a maternidade fora do casamento de âmbito local e contemplando períodos históricos diversos. O que parece ser de salientar é, sobretudo, a grande diversidade regional dos valores dos nascimentos fora do casamento. Alguns des-

QUADRO 1
Nascimentos fora do casamento em Portugal, 1900-1994

<i>Ano</i>	<i>Número</i>	<i>Taxa de natalidade %</i>
1900		116.0
1911		110.2
1920		134.4
1930	29409	145.2
1940	29463	156.8
1950	24132	117.6
1960	20221	94.5
1965	16432	78.1
1970	12479	72.2
1975	12879	71.7
1980	14568	92.0
1985	16104	123.3
1986	16172	127.6
1987	16327	132.5
1988	16746	137.1
1989	17249	145.3
1990	17124	147.1
1991	18162	156.0
1992	18512	161.0
1993	19335	169.6
1994	19494	178.0

FONTE: INE, Estatísticas Demográficas, Recenseamentos Gerais da População. Monnier, 1980.

tes estudos apontam para um aumento considerável da ilegitimidade no século XIX (Pereira, 1995; Sá, 1996). Norberta Amorim (1987), no entanto, encontrou valores de ilegitimidade para Guimarães substancialmente mais elevados na primeira metade do século XVII (17.8%) do que no início do século XIX (de 1790 a 1819, 7.8% de «filhos naturais» em zonas urbanas, rurais e mistas de Guimarães).

Na perspectiva de Livi-Bacci (1971), no fim do século passado, no norte de Portugal, a emigração e a fraca nupcialidade, excluiu do casamento uma elevada proporção da população feminina o que contribuiu para valores elevados de nascimentos fora do casamento em determinadas zonas desta região. No sul do país, o facto da ilegitimidade atingir em algumas regiões valores acima da média nacional,

não pode ser atribuído nem à emigração (praticamente inexistente), nem a uma baixa nupcialidade; mas sim a uma importante presença de fluxos migratórios sazonais de trabalhadores de ambos os sexos, que originavam casais «instáveis» (Livi-Bacci, 1971:72).

Nas primeiras décadas do século XX, destacavam-se no panorama nacional os valores elevados dos nascimentos ilegítimos na zona de Trás-os-Montes e no distrito do Porto. Já o distrito de Braga tinha um número reduzido de nascimentos fora do casamento. No conjunto do país, os distritos Bragança, Vila Real, Viseu, Lisboa e Porto apresentavam os valores mais altos de ilegitimidade. Os valores mais baixos situavam-se nos distritos dos Açores e da Madeira.

QUADRO 2

Índice da Fecundidade Ilegítima (Ih) em Portugal, por distrito, 1890-1950

<i>Distritos</i>	<i>1890</i>	<i>1900</i>	<i>1911</i>	<i>1920</i>	<i>1930</i>	<i>1940</i>	<i>1950</i>
Bragança	0.137	0.113	0.114	0.114	0.104	0.108	—
Vila Real	0.126	0.108	0.101	0.111	0.129	—	0.091
V. Castelo	0.050	0.059	0.062	0.063	0.070	0.058	0.051
Braga	0.059	0.055	0.054	0.056	0.061	0.053	0.046
Porto	0.092	0.087	0.094	0.074	0.088	0.072	0.063
Guarda	0.068	0.049	0.047	0.039	0.048	0.034	0.024
Viseu	0.100	0.080	0.082	0.078	0.078	0.070	0.056
Aveiro	0.057	0.058	0.056	0.055	0.057	0.054	0.044
C. Branco	0.040	0.033	0.027	0.028	0.027	0.024	0.018
Coimbra	0.049	0.036	0.046	0.040	0.039	0.035	0.031
Leiria	0.040	0.044	0.049	0.053	0.075	0.075	0.058
Santarém	0.048	0.063	0.053	0.047	0.063	0.061	—
Lisboa	0.108	0.135	0.165	0.132	0.124	0.091	0.069
Portalegre	0.060	0.061	0.062	0.060	0.065	0.076	0.057
Évora	0.080	0.093	0.112	0.112	0.134	0.136	0.100
Setúbal	—	—	—	—	0.211	0.89	0.142
Beja	0.080	0.081	0.092	0.098	0.100	0.110	0.114
Faro	0.068	0.076	0.093	0.087	0.097	0.113	0.093
Angra	0.058	0.041	0.018	0.024	0.020	0.021	0.023
Horta	0.043	0.033	0.027	0.022	0.027	0.031	0.027
P. Delgada	0.023	0.014	0.013	0.008	0.011	0.018	0.010
Funchal	0.033	0.018	0.014	0.013	0.015	0.017	0.018
Portugal	0.075	0.073	0.083	0.075	0.088	0.076	0.059

Nos dias de hoje, mantêm-se as diversidades regionais deste indicador, embora se tenham acentuado as diferenças entre as regiões que tradicionalmente têm um número elevado de nascimentos fora do casamento e aquelas onde o padrão dominante é a maternidade dentro do casamento.

QUADRO 3

Percentagem de nados vivos fora do casamento em Portugal, 1960-1991

	1960	1970	1981	1991
Pais	9.4	7.2	9.5	15.6
Açores	1.8	2.1	4.5	9.2
Madeira	2.3	2.8	6.8	13.4
Continente	10.0	7.7	9.8	15.2
Minho/Lima	6.7	4.8	6.2	9.3
Cávado	4.2	3.1	4.3	6.6
Ave	3.4	2.0	3.2	5.3
Grande Porto	10.7	7.3	8.8	13.2
Tâmega	3.8	2.3	3.2	5.2
E. Douro e Vouga	3.5	2.4	3.4	6.8
Douro	7.0	5.4	7.2	11.9
Trás-os-Montes	9.6	8.6	9.4	20.6
Baixo Vouga	5.7	4.8	7.3	12.6
Baixo Mondego	5.7	4.2	6.4	10.6
Pinhal Litoral	4.9	4.9	6.5	10.6
Pinhal I. Norte	4.8	4.7	6.0	11.5
Pinhal I. Sul	3.2	2.6	4.6	7.2
Dão-Lafões	6.1	4.6	6.1	9.6
Serra Estrela	2.8	2.7	5.7	9.1
Beira I. Norte	2.2	3.4	5.0	9.3
Beira I. Sul	2.6	3.3	6.1	11.4
Cova Beira	2.3	3.2	5.1	11.2
Oeste	16.8	11.9	11.3	16.0
Grande Lisboa	18.2	12.5	17.1	24.4
Península Setúbal	22.8	15.3	16.3	24.0
Médio Tejo	5.7	5.1	6.4	11.5
Lezíria Tejo	14.5	11.3	11.4	17.6
Alentejo Litoral	48.5	37.1	22.6	29.4
Alto Alentejo	11.9	8.8	11.0	17.3
Alentejo Central	21.4	15.0	15.6	21.5
Baixo Alentejo	24.1	18.3	14.3	23.9
Algarve	18.5	13.3	19.2	30.5

FONTE: INE, Estatísticas Demográficas e Recenseamentos Gerais da População.

Segundo o Recenseamento Geral da População de 1991, as regiões do Vale do Ave e do Vale do Tâmega apresentavam os valores de fecundidade fora do casamento mais baixos de país, com 5.3% e 5.2% de nascimentos fora do casamento, respectivamente. Dentro do panorama nortenho, a zona de Trás-os-Montes surge como uma exceção, com 20.6% de nascimentos fora do casamento. Várias regiões do sul de Portugal destacavam-se, no início desta década, por deterem elevados valores de fecundidade fora do casamento, nomeadamente Lisboa com 24.4%, Alentejo Litoral com 29.4% e Algarve com 30.5%.

A maternidade fora do casamento, na sociedade portuguesa, parece revelar duas situações principais. Por um lado, práticas de ruptura com a tradição, levadas a cabo por mulheres maioritariamente jovens e fortemente escolarizadas, revelando a diminuição da importância da relação conjugal formal para enquadrar a procriação (como podem indicar em 1991, os 24.4% de nascimentos fora do casamento na zona de Lisboa). Por outro lado, os nascimentos fora do casamento parecem ocorrer em camadas sociais desfavorecidas, permeáveis a flutuações económicas e que não partilham as normas dominantes relativas à procriação, por se encontrarem sujeitas a processos de exclusão social. Em meios rurais, como no Alentejo a maternidade fora do casamento constitui um fenómeno característico de comunidades desfavorecidas, dependentes de trabalhos assalariados a prazo nos campos (Almeida, 1995; Marçano, 1992; Morais, 1983).

Na obra *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal* (1995), Ana Nunes de Almeida e seus co-autores afirmam que as variações regionais significativas dos níveis de fecundidade no nosso país se prendem com factores múltiplos, de ordem económica, profissional, familiar e individual; sendo importante reter numa abordagem interpretativa da evolução da fecundidade em Portugal elementos como «*O modo como se articulam, nos vários contextos regionais, a vida profissional e a familiar, modos de produção e de reprodução, relação que não depende apenas do tipo de inserção no mercado de emprego, mas também da história da organização familiar em cada uma das regiões.*» (Almeida, 1995:61).

2. Evolução recente dos nascimentos fora do casamento na Europa Comunitária

Um estudo comparativo da evolução dos nascimentos fora do casamento em diferentes países depara-se com dificuldades de vária ordem. O conceito de «nascimentos fora do casamento» não é nem unívoco nem consensual. Na verdade, o fenómeno da maternidade e paternidade fora do casamento pode abranger no próprio contexto nacional situações e estruturas familiares tão díspares como mãe solteira que vive só, que vive com os filhos, que vive com outros parentes ou com um companheiro. Num país como, por exemplo, a Dinamarca, é difícil estabelecer uma distinção clara entre os elementos que caracterizam situações de maternidade «dentro do casamento» e «fora do casamento», pelo facto de actualmente ser elevado o número de casais que vivem em «união de facto» desenvolvendo uma relação estável.

É sintomático da complexidade deste fenómeno o facto de no Reino Unido os programas das políticas sociais do Estado utilizarem o conceito de «single motherhood» especificamente para referir às mães solteiras no sentido mais restrito da palavra, isto é, mães que nunca se casaram. O conceito de «lone motherhood», por sua vez, é a designação genérica que abrange não só as mães que nunca se casaram, como as mães divorciadas, separadas e viúvas.

O número de nascimentos fora do casamento é um indicador pelo qual se verificam diferenças mais acentuadas entre os vários países da União Europeia, embora seja de destacar um aumento generalizado e acentuado dos valores deste indicador desde 1985. A par com uma diminuição acentuada das taxas de natalidade desde os anos setenta, tem-se assistido no espaço europeu a um aumento considerável dos nascimentos fora do casamento.

Em 1991, a Dinamarca destacava-se do conjunto dos países da Europa Comunitária, com praticamente metade dos nascimentos (46.4%) a ocorrerem fora do casamento. A França e a Inglaterra ocupavam o segundo e terceiros lugares da lista, com 30.1% e 29.7% de nascimentos fora do casamento, respectivamente. A Grécia apresentava na mesma data os valores mais baixos deste conjunto, com apenas 2.0%, quando a média de nascimentos fora do casamento nos países da Europa Comunitária se situava em 19.8%. É notório o caso da Irlanda, que em 1960 apresentava valores muito baixos de nascimentos fora do casamento (1.5%) e em 1991 atingiu 16.6%.

QUADRO 4

Percentagem de nascimentos fora do casamento, União Europeia, 1960-90

	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1991
EUR12	4.4	4.3	4.7	5.5	7.9	12.7	19.8
Bélgica	2.1	2.3	2.7	3.1	4.1	7.1	9.1
Dinamarca	7.8	9.4	11.0	21.7	33.1	42.9	46.4
Alemanha	6.3	4.6	5.4	6.1	7.5	9.4	15.5
Grécia	1.2	1.0	1.1	1.3	1.4	1.8	2.0
Espanha	2.3	1.6	1.3	2.0	3.9	7.9	9.1
França	6.1	5.9	6.9	8.5	11.3	19.5	30.1
Irlanda	1.5	2.2	2.6	3.7	5.0	8.4	16.6
Itália	2.4	1.9	2.1	2.5	4.2	5.3	6.6
Luxemburgo	3.1	3.7	4.0	4.2	5.9	8.6	12.9
Holanda	1.3	1.8	2.0	2.1	4.1	8.2	12.0
Portugal	9.4	7.8	7.3	7.1	9.2	12.3	15.6
R. Unido	5.2	7.3	8.0	8.9	11.5	18.8	29.7

FONTE: EUROSTAT, Estatísticas Demográficas, 1992.

Não se pode menosprezar a importância científica, mas também económica, política e social do facto de Portugal, país de forte tradição católica ser, em 1960, o país com maior número de nascimentos fora do casamento (9.4%) no conjunto de países que mais tarde formaram a Comunidade Económica Europeia ou «Europa dos Doze». Mais ainda: em 1991, Portugal era o país da Europa do Sul com maior proporção de nascimentos fora do casamento (15.6%).

Não será certamente de negligenciar o facto de que o aspecto actual que melhor demarca a fecundidade portuguesa do resto da Europa Comunitária são os elevados valores da maternidade precoce. Entre 1987 e 1990, em Portugal, ocorreram 24.4 nascimentos por 1000 mulheres com 15 a 19 anos. No conjunto da «Europa dos Doze», e na mesma data, apenas o Reino Unido suplantou este valor.

Em Portugal, neste século, o número de mães adolescentes tem sido um fenómeno importante, que aumentou consideravelmente nas décadas de setenta e até meados da década de oitenta. A explicação mais plausível para esta evolução, parece ser a de que este aumento de nascimentos no grupo das mulheres entre os 15 e os 19 anos de idade se deveu a um aumento da prática de relações

QUADRO 5
Taxas de fecundidade específicas, União Europeia 1987-90

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
EUR12	15.1	70.4	117.2	81.6	30.4	6.0	0.4
Bélgica	11.3	83.4	132.1	62.5	17.1	3.0	0.2
Dinamarca	9.2	73.3	134.7	86.7	27.3	3.7	0.2
Alemanha	11.6	55.1	106.1	77.1	26.7	4.9	0.2
Grécia	23.3	90.2	96.5	53.8	19.5	3.8	0.3
Espanha	15.2	58.1	104.2	72.4	30.1	7.6	0.5
França	9.1	74.4	138.0	90.8	35.7	7.5	0.5
Irlanda	14.4	64.5	138.2	123.0	63.0	16.8	1.1
Itália	9.4	59.8	89.9	65.3	27.0	4.9	0.3
Luxemburgo	13.8	68.7	124.3	84.4	27.2	4.1	0.2
Holanda	6.4	42.0	120.1	114.4	36.1	4.7	0.5
Portugal	24.4	84.7	99.7	61.8	24.4	6.1	0.5
R. Unido	32.9	91.1	122.7	87.0	31.0	5.0	0.3

FONTE: EUROSTAT, Estatísticas Demográficas, 1992.

sexuais por parte deste grupo específico, devido a uma liberalização dos costumes. Contudo, essa transformação das mentalidades aliou-se a uma fraca divulgação de métodos de contraceção junto das mulheres mais jovens.

3. O crescimento das famílias monoparentais chefiadas pela «mãe»

Na Europa Comunitária, no início da década de noventa, a forma mais frequente da família era a do casal com filhos (cerca de 50 milhões). Contudo, perto de dez milhões de agregados familiares eram constituídos apenas pelo pai ou pela mãe, com filhos, sendo na maioria as mulheres que lideravam as famílias monoparentais.

É importante salientar que a condição de monoparentalidade e de mãe solteira é fortemente condicionada por noções de «género», isto é, por representações sociais e comportamentos assentes em definições de «mulher» e de «homem» e de quais devem ser os papéis de cada um dos sexos, nomeadamente em relação aos filhos. A reforçar esta convicção está o facto de ser substancialmente mais elevado o número de famílias constituídas pela mãe e filhos, do que por um pai sozinho e filhos. No início desta década, no conjunto da

QUADRO 6

Taxas de Fecundidade por idades em Portugal, 1930-1994

Ano	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
1930	23.1	147.4	195.8	171.2	142.3	65.4	10.9
1950	24.5	146.2	182.5	151.4	113.4	54.7	7.6
1960	26.2	148.7	177.6	133.4	94.4	42.5	3.5
1970	32.7	158.8	190.4	123.5	79.1	33.6	3.2
1981	39.6	133.6	127.4	74.7	35.3	13.5	1.7
1982	39.5	131.3	125.6	73.7	33.8	11.6	1.5
1983	38.0	123.3	119.1	69.9	31.5	10.9	1.3
1984	37.5	120.5	116.8	68.5	30.8	9.8	1.1
1985	33.2	106.8	106.9	63.0	28.4	9.1	1.0
1986	31.0	102.9	103.8	61.6	26.6	8.4	0.9
1987	28.9	96.5	101.6	61.6	26.8	7.6	0.7
1988	27.4	94.1	102.7	61.3	25.5	7.1	0.7
1989	26.3	89.4	98.9	61.2	25.1	6.4	0.6
1990	24.6	84.7	99.7	61.8	24.4	6.1	0.5
1991	23.5	85.2	110.0	65.1	24.3	5.7	0.5
1992	22.6	79.6	109.7	67.2	24.0	5.6	0.4
1993	22.5	75.3	106.2	69.2	24.4	5.4	0.4
1994	21.2	68.4	101.1	67.8	24.4	5.3	0.4

FONTE: INE, Estatísticas Demográficas e Recenseamentos da População.

QUADRO 7

Número de agregados familiares por tipo de agregados em 1990-1991 (1000)

	EUR12	Bélgica	Dinamarca	Alemanha	Grécia	Espanha
Agregados familiares	92 029	2 708	1 406	21 973	2 517	9 837
Agregados de uma família	90 095	2 675	1 362	21 195	—	9701
Casais sem filhos	30 217	904	606	8 201	761	2 122
Casais com filhos	50 062	1 410	597	10 762	1 573	6 605
Famílias monoparentais	9 879	362	131	2 232	193	974

	França	Irlanda	Itália	Luxemburgo	Holanda	Portugal	R.Unido
Agregados familiares	15 254	751	15 192	100	3 841	2 634	15 802
Agregados de uma família	15 117	744	14 851	98	3 838	2 511	15 596
Casais sem filhos	5 372	141	3 853	31	1 387	698	6 142
Casais com filhos	8 200	493	9 299	56	2 062	1 570	7 434
Famílias monoparentais	1 544	110	1 700	11	388	214	2 020

FONTE: EUROSTAT, 1995.

Europa Comunitária, as famílias monoparentais de um pai sozinho com filhos representavam apenas 15% do total das famílias monoparentais (Eurostat, 1995).

QUADRO 8

Repartição dos agregados familiares por tipo, 1990-1991 (em percentagem)

	B	D	A	GR	E	F	IRL	I	L	H	P	RU
Total de casais	86.5	91.0	91.5	92.4	90.0	89.6	85.0	88.6	87.8	89.9	90.3	86.5
sem filhos	33.8	41.0	39.4	30.1	21.9	35.7	19.2	25.9	31.8	36.1	28.8	39.2
com filhos	52.7	50.0	52.1	62.2	68.1	53.9	65.9	62.6	56.0	53.7	61.5	47.2
Total de famílias monoparentais	13.5	9.0	8.5	7.6	10.0	10.4	15.0	11.4	12.2	10.1	9.7	13.5
Monoparental pai	2.7	1.2	1.4	1.5	1.4	1.5	2.5	2.7	2.5	2.4	1.3	1.9
Monoparental mãe	10.8	7.8	7.2	6.1	8.6	8.9	12.4	8.7	9.7	7.7	8.3	11.7

FONTE: EUROSTAT, 1995.

O peso das famílias monoparentais é consideravelmente superior nos países da Europa do Norte. Este tipo de estrutura familiar é menos frequente em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, assim como na Irlanda. Nestes países, é igualmente mais reduzida a percentagem de famílias formadas por casais sem filhos. A reduzida percentagem de estruturas familiares não convencionais nestes países poderá ser explicada, em parte, pela presença da tradição católica. O ideário católico valoriza a estrutura familiar maioritária nas sociedades modernas - casal heterossexual unido pelo matrimónio, com filhos.

A explicação para o número reduzido de famílias monoparentais nestes países deverá igualmente ponderar outros elementos de carácter cultural, económico e político. Num trabalho de campo que realizei sobre a situação social da mãe solteira em Guimarães (Machado, 1996), em que entrevistei várias mães solteiras, pude verificar que a maioria vivia com o filho e os seus pais. No entanto, muitas destas mães solteiras desejavam viver sozinhas ou com um companheiro. Estas mulheres continuavam a residir na casa de seus pais por dois motivos principais: por um lado, pelo facto de ocuparem uma posição na base da hierarquia social local, encontravam-se extremamente vulneráveis a períodos de crise económica, que condicionam o acesso à compra ou arrendamento de uma

casa e a meios materiais de subsistência. Por outro lado, estavam conscientes de que não podiam prescindir das redes de apoio e suporte oferecidas pelos familiares com quem coabitavam.

O quadro cultural delineado pela religião católica poderá ser um elemento importante de condicionamento das práticas sociais de constituição de família e de reprodução humana. Na verdade, os países da Europa do Sul e Irlanda apresentam um perfil demográfico específico. Um dos fenómenos que caracterizou o processo particular da evolução demográfica nos países da Europa do Sul, nas últimas três décadas, foi precisamente um declínio tardio mas acelerado dos níveis de fecundidade destes países, o que poderá estar também associado a um fenómeno de diminuição da prática católica e à difusão massiva de práticas anticoncepcionais modernas.

Portugal, Espanha e Itália apresentaram até 1975 uma certa estabilidade dos níveis de fecundidade, que eram até então elevados, registando a partir dessa data uma acentuada quebra dos nascimentos. É interessante notar que em 1990, estes países apresentavam um índice sintético de fecundidade abaixo da média da Europa dos Doze. Em contraste, desde finais dos anos oitenta, que em alguns países em que o declínio acentuado da fecundidade decorreu nos anos sessenta, parece estar-se a assistir a um aumento dos valores da fecundidade.

Inegavelmente, as causas desta evolução peculiar da fecundidade nos países da Europa do Sul e Irlanda, prendem-se em grande medida com factores de índole cultural, nomeadamente com a religiosidade. Na opinião de Livi-Bacci, a religião católica foi um importante elemento ideológico que condicionou uma lenta aceitação dos métodos contraceptivos em várias zonas da Europa, nomeadamente na região do Minho, no norte de Portugal.

«Religiosity is only a component, although a powerful one, of the cultural world of a population. In the Minho, religiosity goes along with a widespread attachment to traditions, with a strong family life, with an obedient attitude towards any kind of authority (...) it is also true that almost everywhere attachment to traditions and loyalty to religion-to Catholic religion- go along with a slow acceptance of fertility control, in Ireland as in the Netherlands, in Italy as in Switzerland. Should we expect Portugal to be an exception?» (Livi-Bacci, 1971:130-131).

QUADRO 9
Índice sintético de fecundidade, União Europeia 1960-90

	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1987-90
EUR12	2.63	2.77	2.45	2.07	1.87	1.62	1.59
Bélgica	2.58	2.61	2.20	1.74	1.67	1.51	1.58
Dinamarca	2.54	2.61	1.95	1.92	1.55	1.45	1.68
Alemanha	2.37	2.51	2.02	1.45	1.45	1.28	1.40
Grécia	2.28	2.30	2.34	2.37	2.23	1.68	1.45
Espanha	2.86	2.94	2.84	2.79	2.22	1.63	1.36
França	2.73	2.83	2.48	1.93	1.95	1.82	1.78
Irlanda	3.76	4.03	3.87	3.40	3.23	2.50	2.17
Itália	2.41	2.67	2.43	2.21	1.69	1.41	1.31
Luxemburgo	2.28	2.38	1.97	1.53	1.50	1.38	1.60
Holanda	3.12	3.04	2.57	1.66	1.60	1.51	1.62
Portugal	3.01	3.08	2.76	2.52	2.19	1,70	1.50
R. Unido	2.69	2.86	2.44	1.81	1.89	1.80	1.84

FONTE: EUROSTAT, Estatísticas Demográficas, 1992.

3. Conclusão:

Diversas instituições e em diferentes situações da vida em sociedade é produzida uma imagem «negativa» da situação de mãe solteira e, em geral, das situações de monoparentalidade:

«The term 'single-parent family' conjures up certain negative images: weakness rather than strength, failure rather than success, deficits rather than assets. Single-parent families have been viewed as being problems or presenting problems of some kind, although what those problems are is not consistently clear.»
(Mulroy, 1988:75).

No entanto, e como já referi, o número de mulheres não casadas com filhos a seu cargo tem revelado tendência para aumentar.

Apesar da disparidade de situações no que respeita à maternidade fora do casamento, de um modo geral e em vários países, a mulher não casada com filhos a seu cargo parece constituir um grupo social particularmente sujeito a situações de pobreza. Em estudos sobre a situação social das mães não casadas em vários paí-

ses publicados recentemente num livro intitulado *Single Mothers in an International Context: Mothers or Workers?* (Duncan, 1997), demonstrou-se que a tendência internacional é a de que estas mulheres são particularmente afectadas por conjunturas globais de desemprego, precariedade do emprego e abaixamento dos salários. Os autores deste trabalho concluíram que a instabilidade da situação económica deste grupo social traduz um fenómeno de desigualdade sexual no posicionamento no mercado do trabalho ou do emprego. Isto é, a situação de empregos inseguros e salários baixos das mães não casadas é, de um modo geral, partilhada com as outras mulheres. A diferença essencial entre a situação económica das mães não casadas e a das mães casadas é que as primeiras não auferem da remuneração adicional e compensatória proporcionada pelo trabalho do homem, que tendencialmente será mais elevada e mais estável.

A investigação que tenho vindo a desenvolver sobre a actual situação social da mãe solteira, numa região do norte de Portugal, permitiu-me constatar que existem diversos modos de prestação de apoio e solidariedade, por parte de mulheres, principalmente por mulheres da própria família, que permitem compensar emocional e economicamente a vivência da situação de mãe solteira. Nos casos estudados, destacam-se duas situações: por um lado, as dificuldades de vária ordem sentidas pela mãe solteira são colmatadas por mecanismos sociais de providência, accionados por eficazes e flexíveis redes de solidariedade feminina. A qualidades destes serviços, conjugada com uma certa desconfiança em relação aos objectivos e eficiência dos serviços de providência estatal parecem explicar a quase inexistência de procura, por parte das mães solteiras, dos serviços da Segurança Social. Por outro lado, a importância da ajuda prestada por mulheres contrasta claramente com a ausência de ajuda por parte de homens, nomeadamente por parte do pai da criança.

O estudo do fenómeno da mãe não casada com filhos a seu cargo não deverá, no entanto, partir de estereótipos tradicionalmente associados a este grupo social pelo discurso político - pobreza, fraqueza, dependência dos serviços sociais do estado. As configurações locais de mercado de trabalho, de estruturas familiares e de vizinhança, assim como quadros culturais regionais e individuais de percepção da maternidade fora do casamento e dos papéis do homem e

da mulher, fazem com que existam uma grande diversidade de situações de mãe solteira.

As diferenciações possíveis da situação da mãe solteira em Portugal estão ainda por determinar de um modo exaustivo.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes de, 1995, Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal. Lisboa, Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres.
- AMORIM, Norberta, 1987, Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico. Lisboa, INIC.
- EATON, Mary, 1986, Justice for Women? Family, Court and Social Control. Milton Keynes, Open University Press.
- DUNCAN, Simon e Edwards, Rosalind, 1997, Single Mothers in an International Context: Mothers or Workers? London, UCL Press.
- LIVI-BACCI, Massimo, 1971, A Century of Portuguese Fertility. Princeton, Princeton University Press.
- MACHADO, Helena, 1996, Redes informais e institucionais de «normalização» do comportamento sexual e procriativo da mulher. A «mãe solteira» no concelho de Guimarães. Mestrado em História das Populações. Guimarães, Universidade do Minho.
- MARÇANO, Isabel, 1992, Ilegitimidade e mães solteiras numa freguesia rural alentejana - notas de uma investigação em curso. Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Fragmentos.
- MULROY, Elizabeth, 1988, Women as Single Parents. Confronting Institutional Barriers in the Courts, the Workplace, and the Housing Market. Massachusetts, Boston University, Auburn House Publishing Company.
- PEREIRA, Gaspar, 1995, Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910), Porto, Afrontamento.
- PINA-CABRAL, João de, 1989, Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto-Minho. Lisboa, Publicações Dom Quixote.